



RESISTÊNCIAS NO TRABALHO: CARTOGRAFANDO TRANSFORMAÇÕES AFETIVAS NA PANDEMIA¹

Resistance at work: mapping affective transformations during the pandemic

MANSANO, Sonia Regina Vargas²

RESUMO

O cenário contemporâneo, marcado pela pandemia de COVID-19 que assolou o planeta no ano de 2020, colocou para a população mundial o desafio de enfrentar a situação, minimizar seus prejuízos e evitar mortes. Apesar de diferentes iniciativas de contenção, a pandemia dizimou vidas em suas dimensões físicas, sociais e afetivas. Atento a isso, o presente estudo de cunho teórico e documental teve por objetivo analisar as transformações afetivas precipitadas nessa experiência, focalizando os ensaios de resistência ao trabalho. Ancorado em autores da Filosofia, da Sociologia e da Psicologia Social, o estudo foi organizado em dois momentos: primeiro, realizou uma análise acerca da construção e legitimação histórica da moral do trabalho com seus desdobramentos nos modos de vida; na sequência, apresentou as interfaces entre a pandemia e as relações laborais em dois movimentos que envolveram a conformação e os ensaios de resistência. Ao final do estudo, enfatizamos a relevância que ganharam as ações de resistência ao trabalho em contexto pandêmico e pós-pandêmico, considerando as possibilidades de potencializar a saúde e o bem-estar de trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho. Pandemia. Resistência. Política. Subjetividade.

ABSTRACT

The contemporary scenario, marked by the COVID-19 pandemic that ravaged the planet in 2020, has presented the world's population with the challenge of confronting this disease, minimizing its losses, and avoiding deaths. Despite various containment initiatives, the pandemic has decimated lives in both its physical and emotional dimensions. Considering this, the present documentary and theoretical study aimed to analyze the emotional transformations precipitated by this experience, focusing on the trials of resistance to work. Based on authors from Philosophy, Sociology, and Social Psychology, the study was organized in two stages: first, it conducted an analysis of the historical construction and legitimization of work ethics with its emotional consequences; then, it presented the interfaces between the pandemic and labor relations in two movements that involved the conformation and trials of resistance. At the end of the study, we emphasize the relevance of the actions of resistance to work in a pandemic context, but also post-pandemic, considering the possibilities of enhancing the health and well-being of workers.

Keywords: Work. Pandemic. Resistance. Politics. Subjectivity.

¹ O artigo foi parcialmente apresentado no VIII Congresso de Estudos Organizacionais realizado em 2024 na cidade de Florianópolis-SC-BR. O artigo é resultante da pesquisa intitulada "Cartografando transformações afetivas precipitadas na pandemia: por uma vida sustentável" que recebeu apoio de bolsa produtividade do CNPq.

² Doutorado e Mestrado em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista Produtividade pelo CNPq. E-mail: mansano@uel.br

INTRODUÇÃO

Diversas foram as transformações afetivas precipitadas pela pandemia da COVID-19 que assolou o planeta no ano de 2020 estendendo-se pelos anos subsequentes e gerando uma série de impasses para governos e população. No ano de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o término da chamada Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) reiterando, todavia, a importância de manter os procedimentos preventivos em função da gravidade instalada mundialmente (Opas, 2023), a qual seguia inspirando cuidados. Acompanhar e analisar as mudanças orgânicas, sociais e subjetivas estende-se aos nossos dias como um desafio recolonizado às Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, ainda mais diante do enunciado do senso comum amplamente disseminado e reproduzido: 'É vida que segue'. Não há dúvidas de que a vida segue e refaz seus contornos à revelia da brutalidade vivida nesse acontecimento traumático que marcou nossa história (Birman, 2021). Mas, será tão simples assim?

Problematizar as marcas afetivas e as possibilidades de elaboração desta experiência ganhou relevância no presente estudo que interrogou: A vida segue em quais condições? O que pudemos, ou não, aprender com a pandemia até este momento? Quais as repercussões que ela trouxe especialmente para as relações laborais? Birman (2021) alerta que simplesmente seguir em frente, desconsiderando os traumas gerados pelos horrores da pandemia, sem efetuar um trabalho analítico sólido sobre a experiência vivida consolida-se como um equívoco histórico que terá consequências em um futuro próximo.

Atento a esse alerta, o presente estudo traçou como objetivo analisar as transformações afetivas precipitadas na pandemia focalizando os ensaios de resistência ao trabalho. Em estudos anteriores (Souza Júnior, Mansano, 2023; Mansano, Carvalho, 2023) já vínhamos rastreando algumas estratégias emergentes de resistência ao trabalho, as quais foram colocadas em circulação por uma parcela de agentes sociais e trouxeram repercussões significativas para a vida em sociedade. Além disso, estudos nacionais e internacionais demonstram mudanças de configuração nos modos de adoecimento que se efetuaram durante e após a pandemia (Oddone, Briante, 2023; Alves, Borges, 2023; Mari, Oquendo, 2020). Parte dessas mudanças vem sendo amplamente analisadas, em especial quando tomamos em consideração os novos usos das tecnologias, a intensificação do trabalho remoto, a sobreposição do trabalho sobre o horário de descanso e, de modo mais radical, as misturas afetivas entre vida laboral e vida privada. O diferencial deste estudo foi identificar e analisar os ensaios de resistência especificamente no tempo da pandemia, repercutindo até nossos dias.

Ao final desta trajetória será possível argumentar que em meio às dificuldades e adversidades trazidas pela pandemia no campo laboral, a crítica aos modos vigentes de organização do trabalho segue presente e necessária, ainda que seja realizada por um contingente discreto de trabalhadores. Sua presença no momento pandêmico foi significativa e atestou a relevância de considerar que a existência, em sua multiplicidade de expressões, engloba dimensões em parte abafadas pela produtividade, como as afetivas, desejanças, sociais, culturais e relacionais. Daí a relevância social e política de apreciar os ensaios de resistência à moral do trabalho capitalista vigente.

TRAÇANDO UM CAMINHO DE INVESTIGAÇÕES: APORTES METODOLÓGICOS

Este estudo, de base teórica e documental, investigou as marcas afetivas produzidas pela pandemia no campo laboral, assumindo o desafio de compreender tanto as condições de possibilidades que lhe deram contornos quanto os efeitos que ecoaram no cotidiano relacional. Assim, deu visibilidade à pandemia como acontecimento emergente por uma série de

interrogações acerca da relação com o trabalho em uma perspectiva crítica de seus desdobramentos. Nessa perspectiva, acompanhamos a proposição feita por Foucault (2014, p. 128) quando declara: “a análise crítica do mundo no qual vivemos constitui cada vez mais a grande tarefa filosófica. Sem dúvida, o problema filosófico mais infalível é o da época presente”.

Considerando a época pandêmica e pós-pandêmica, foram analisados os desdobramentos laborais desse acontecimento que, apesar de compartilhado em escala planetária, não se presta a uma compreensão rápida nem definitiva. Assim, o diferencial desta pesquisa envolveu o esforço de dar visibilidade e analisar como, ainda que os postos de trabalho de nosso país tenham sofrido adequações, tendendo à diminuição de vagas formais e expansão de práticas informais (Pochmann, 2020), o contexto pandêmico tornou-se palco de ensaios de resistência aos ditames do trabalho em seu formato capitalista e de suas exigências subjetivas voltadas à produtividade crescente.

Buscando aporte teórico em uma conjunção interdisciplinar que envolveu a Filosofia da Diferença, a Sociologia e a Psicologia Social, a pesquisa foi organizada em três momentos: Primeiro, apresentamos uma discussão sobre a moral do trabalho e seus desdobramentos afetivos, na qual teóricos críticos das relações laborais, ancorados no questionamento dos princípios capitalistas, são apresentados e discutidos. Questionamos, nessa parte, a construção social e histórica da vinculação dos trabalhadores com a constituição de corpos dóceis, obedientes e aderentes ao mercado, buscando dialogar com as obras de Forrester (1997), Marx (1985), Lafargue (1999) e Foucault (1979, 1999). Cada um desses pensadores, em perspectivas distintas, convoca a pensar a existência humana para além da organização naturalizada do trabalho em valores hegemônicos.

Na segunda parte, abordamos a interface entre a pandemia e as relações laborais em duas direções: os movimentos de desterritorialização e o retorno ao contexto doméstico, pelo *home office*. Atentamos também para a diminuição dos postos de trabalho formais, a precarização dos empregos e as adequações assumidas por trabalhadores e empresas para atender às normas de biossegurança. Trazemos para esse debate Latour (2020), Sawaia, Albuquerque e Busarello (2020) e Lazzarato (2020).

Por fim, damos visibilidade a ensaios de resistência e recusa aos preceitos capitalistas do trabalho, analisando iniciativas que emergiram ou foram expandidas durante e após a pandemia que evidenciaram práticas de questionamento do trabalho, com seus desdobramentos micropolíticos e econômicos. Tais ensaios foram retirados de documentos de domínio público como *blogs*, sites e reportagens de jornais publicados durante a pandemia. Apresentamos, assim, quatro práticas que, em nosso entendimento, ganharam contornos de resistência nesse período, a saber: o Antitrabalho, o *Quiet Quitting*, o *Quiet Ambition* e a Geração Nem-nem. O critério de seleção dos materiais foi sua disponibilidade gratuita em portais de busca da internet, fato que possibilitava o livre acesso por parte da população. Os materiais coletados foram analisados no diálogo com Guattari e Rolnik (1986), O’Connor (2022), Oliveira (2020) e Gorz (2003). Nessa parte, buscamos compreender as dificuldades e artimanhas que mobilizaram trabalhadores a resistirem ante os ditames naturalizados do trabalho.

A MORAL DO TRABALHO E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIAIS

Transformando as maneiras de organizar as relações de trabalho ao longo dos tempos, a sociedade pode ser descrita pela sucessão de modos de produção que são historicamente constituídos, postos em circulação e legitimados na coletividade. O capitalismo, como regime socioeconômico que se consolidou e agenciou a organização do trabalho desde o século XVIII, oferece um modelo de vinculação laboral que está disseminado em todo o globo. Seus

pressupostos aceleraram o processo de conversão do mundo natural em mundo humano, alterando as condições de existência com vistas à produção de riquezas, exploração da natureza e acúmulo de bens. Ao mesmo tempo, essa formação socioeconômica multiplicou e agregou a produção de conhecimentos que serviram para fortalecer e ampliar os processos produtivos (Forrester, 1997).

Nessa trajetória de consolidação do capitalismo como organização econômica, cuja adesão é praticamente planetária, foi construída uma espécie de ilusão compartilhada de que esse regime é adequado e necessário para manter uma sociedade integrada e aderente aos valores produtivos. Forrester (1997), em consonância com Marx (1985), oferece uma perspectiva crítica dessa ilusão ao mostrar que o trabalho, nesse contexto, nunca foi algo acessível a todos e requereu uma série de procedimentos de exclusão social, práticas de violência e disseminação de preconceitos para manter essa organização fortalecida. Em suas palavras:

O fato de a ausência de trabalho ter se tornado hoje a norma oficialmente instituída parece escapar não só aos solicitantes de emprego como também a toda a sociedade, aos discursos oficiais e a legislação. Se hoje se começa (apenas) a fazer alusão a isso, é geralmente para desembocar em promessas paradoxais de amanhã repletos de salário e pleno emprego, ou em acordos confusos e redundantes que visam restaurar, de maneira idêntica, o sistema que provocou sua autodestruição (Forrester, 1997, p. 137).

De modo ao mesmo tempo incisivo e sensível, Forrester (1997) elabora um diagnóstico cujo traço distintivo é a desqualificação do trabalho formal que trouxe consequências severas para a vida coletiva, especialmente marcada pela dificuldade de gerar emprego e renda para uma parcela economicamente mais vulnerável da população. Para aqueles que porventura seguem incluídos no mercado de trabalho a situação também se mostra desfavorável, uma vez que, de acordo com Marx (1985): “O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (p. 105). Seja na condição de incluído ou excluído do campo laboral, constata-se que a produção de riqueza continua concentrada nas atividades de uma parcela específica da população, os trabalhadores, enquanto sua posse majoritária concentra-se em uma elite que concentra e domina os recursos (Observatório Brasileiro de Desigualdades, 2023).

Ressoando com esse diagnóstico, uma série de autores, desde o início do século XX, já alertava para os riscos presentes na disseminação idealizada da moral do trabalho que muitas vezes vincula a inserção do trabalhador no processo produtivo a uma decisão e um esforço individuais. Isso evidenciou o modo excludente de operar instrumentalizado nessa organização socioeconômica, mas também a minimização de outras dimensões relevantes da vida relacional, por vezes sufocadas pela adesão incondicional aos preceitos do trabalho. É o que relata Lafargue (1999) valendo-se do que denomina como “loucura dos trabalhadores”, os quais aderem às diretrizes da exploração capitalista e tendem a “se matarem de supertrabalho e de vegetarem na abstinência” (p. 16). O autor acrescenta que, além de serem eventualmente excluídos da produção, estão também excluídos do consumo de bens produzidos. Assim,

o grande problema da produção capitalista já não é encontrar produtores e multiplicar as suas forças, mas descobrir consumidores, excitar os seus apetites e criar-lhes necessidades fictícias. Uma vez que os operários europeus, que tremem de frio e de fome, recusam usar os tecidos que eles próprios tecem, beber os vinhos que eles próprios colhem, os pobres fabricantes, como espertalhões, devem correr aos antípodas para procurar quem os usará e quem os beberá: são centenas de milhões e de bilhões que a Europa exporta todos os anos para os quatro cantos do mundo, para populações que não têm nada que fazer com esses produtos (p. 16).

Nota-se que o excedente de produção, conforme assinalado por Lafargue (1999), há longa data não se reverte no acesso aos bens e ao seu gozo pelo coletivo populacional. Ele serve, outrossim, para manter e intensificar as diferenças entre as classes sociais, as quais são tão necessárias para a continuidade naturalizada desse regime econômico até nossos dias. Vislumbrando as dificuldades de reversão desse quadro e prevendo os problemas a serem enfrentados em um futuro, que agora se atualiza, Lafargue destaca:

(...) o proletariado, a grande classe que engloba todos os produtores das nações civilizadas, a classe que, ao emancipar-se, emancipará a humanidade do trabalho servil e fará do animal humano um ser livre, o proletariado, traindo os seus instintos, esquecendo-se da sua missão histórica, deixou-se perverter pelo dogma do trabalho. Rude e terrível foi a sua punição. Todas as misérias individuais e sociais mereceram da sua paixão pelo trabalho (p. 7).

Essa situação, descrita ao mesmo tempo como paixão e loucura, também é abordada por Foucault (1999), ainda que em outra perspectiva. O autor chama a atenção para o que denomina como sequestro para o trabalho. Em suas análises, ele demonstra que foi historicamente articulada uma rede de sequestro institucional complexa que envolveu “jogos do poder e do saber, poder múltiplo e saber que interfere e exerce simultaneamente nessas instituições” (p. 122). Foucault caracteriza a instrumentalização do sequestro mostrando que ela ocorreu por práticas complexas, visando:

Que o tempo de vida se torne tempo de trabalho, que o tempo de trabalho se torne força de trabalho, que a força de trabalho se torne força produtiva: tudo isso é possível pelo jogo de uma série de instituições que esquematicamente, globalmente, as define como instituições de sequestro. Parece-me que quando interrogamos de perto estas instituições de sequestro encontramos sempre, qualquer que seja seu ponto de aplicação particular, um tipo de invólucro geral, um grande mecanismo de transformação: como fazer do tempo e do corpo dos homens, da vida dos homens, algo que seja força produtiva (p. 122).

Como se o sequestro da existência, operacionalizado pela rede institucional que fixa o trabalhador nas instituições, não fosse suficiente para capturar a vida humana nas artimanhas laborais e nos aparelhos de produção, Foucault (1999) acrescenta, em consonância com Lafargue (1999), que tal situação não se configura por mero mando, repressão e ordem. Conta também com uma esfera desejante que anexa o sujeito à moral vigente. Assim, o corpo e o tempo humanos são primordiais para fazer essa máquina de extração da força vital funcionar, mas certamente são limitados. Segundo Foucault (1979), há outra esfera de investimento no trabalho que demanda o desejo de fazer parte dessa maquinaria. Em suas palavras:

Se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz (p. 148).

O apontamento feito por Foucault referente à questão do desejo no contexto das relações de poder ajuda a compreender como o trabalho torna-se o objetivo principal e o provedor de sentido para a vida nas sociedades capitalistas contemporâneas. Os poderes vigentes atuam na produção de um desejo dirigido para o trabalho, em âmbito populacional, engendrando um processo que se estende a todo o meio social. Autores como Deleuze e Guattari (2010), que tematizam a questão do desejo nas relações de trabalho, corroboram com esta perspectiva ao aproximar desejo, libido e sexualidade. Em suas palavras: “Mas na realidade a sexualidade está em todo o lado: no modo como um burocrata acaricia os seus dossiês, um juiz faz justiça,

um homem de negócios faz circular o dinheiro” (p. 305). Esse efeito positivo do poder que se articula ao desejo se faz notar na história de vinculação ao trabalho organizado pelo capitalismo como atividade que ‘dignifica’ o ser humano, abre caminhos para sua inclusão laboral e, com isso, agencia seu reconhecimento social. Lembramos, aqui, as considerações de La Boétie (2022) sobre a servidão voluntária que, historicamente, se atualiza na vida de um contingente significativo de trabalhadores. Para o autor, a servidão a um regime tirânico, que aqui estendemos ao modo hegemônico de produção, faz-se presente no cotidiano de muitos trabalhadores: “Matai-vos a trabalhar para que ele possa regalar-se e refestelar-se em prazeres vis e imundos. Enquanto vós definhais, ele vai ficando mais forte, para mais facilmente poder refrear-vos” (p. 15). Consideramos, na companhia desses distintos autores, que nessa triangulação entre loucura, sequestro e servidão, a moral do trabalho segue fortalecida e engendrando explorações que perpassam o corpo, o tempo e o desejo.

Como fica, então, aquela parcela da população que não adere a essa engrenagem de produção de corpos dóceis e obedientes, desejosos pelo trabalho? Diferentes denominações lhe são atribuídas: vagabundos, inoperantes, desqualificados e preguiçosos, para ficar apenas com alguns exemplos (Souza Júnior; Mansano, 2023). Forrester (1997, p. 20) os qualifica como “sobrantes”, denunciando, assim, sua completa inutilidade quando considerado apenas o ponto de vista da organização capitalista. A condição desses, tidos como sobrantes, dá visibilidade a um enfrentamento direto à moral do trabalho articulada em uma ampla rede institucional com foco na produção de riquezas e na produção de um tipo humano dócil. Resistir a isso é algo raro e, ao mesmo tempo, necessário e urgente. Mas, resistir por quê? Para quê? Em nome de quê?

É aqui que, em nosso entendimento, se recoloca a questão do desejo no meio laboral, seja como o desejo de criar outras vinculações com o trabalho ou ainda como desejo de uma vida simplesmente sem trabalho. Ao menos sem esse trabalho hegemônico tal qual conhecemos no decorrer da história. Assim, podemos considerar, de modo preliminar, que também a resistência ao trabalho se faz enquanto movimento desejante, minoritário sem dúvida, mas com potencial de contaminação coletiva e, por isso mesmo, alvo de uma atenção permanente dos poderes ora vigentes. Acerca das resistências, Foucault (1988) afirma que elas existem como pluralidade, sendo “possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder” (p. 91). É essa pluralidade de resistências que vimos emergir no contexto pandêmico, como argumentaremos na sequência.

A PANDEMIA E AS RELAÇÕES LABORAIS: TRANSFORMAÇÕES EM CURSO

Com a emergência da pandemia de COVID-19, as medidas de biossegurança indicaram a necessidade de isolamento e distanciamento sociais em grande parte do planeta, fato que desencadeou uma série de providências governamentais a serem adotadas a fim de garantir a organização social das cidades e, mais especificamente, da esfera do trabalho. Com isso, as relações laborais tiveram de ser reconfiguradas e um contingente significativo de trabalhadores foi obrigado a deixar as empresas, escritórios, comércio e instituições educativas para se guardar nos lares e, de lá, realizar suas atividades profissionais. Essa reclusão não foi hegemônica. Uma parte significativa de trabalhadores sequer teve a chance de adotar essas medidas preventivas básicas e foi exposta aos riscos de contaminação e morte pela COVID, atestando que boa parcela das vítimas da pandemia pertencia a uma classe socioeconômica menos favorecida. Tal discrepância deu visibilidade à precarização gradual e crescente do trabalho que assola a parcela “sobrante” (Forrester, 1997, p. 20) da população, evidenciando a desigualdade social que, tal como estamos argumentando ao longo do estudo, vem desde

longa data, ganhando diferentes nuances e atingindo especialmente uma esfera específica de trabalhadores pertencentes a segmentos laborais menos valorizados e mais vulneráveis. Antes da pandemia a discrepância socioeconômica em nosso país já era marcante. Birman (2021) esclarece:

De fato, mais da metade da população brasileira não tem acesso à água tratada e ao sistema de esgoto, defecam em fossas e urinam ao ar livre; estão expostas aos piores contextos sanitários em relação ao Coronavírus. Mesmo no quadro da pré-pandemia, no espaço social do 'antigo normal', as condições de saúde e de higiene das classes populares brasileiras já eram, como se sabe de longa data, as piores possíveis, sendo sujeitadas à disseminação das mais variadas enfermidades, principalmente às infecciosas, de forma criminosa e evidentemente antirrepublicana (p. 96).

Em contexto pandêmico essa situação ganhou contornos ainda mais agudos. O estudo de Sawaia, Albuquerque e Busarello (2020, p. 3) mostra que: "A desigualdade social está atrelada diretamente à adesão ao isolamento, definindo quem pode e quem não pode ter esse direito, instaurando um dilema insolúvel entre a adesão ao isolamento pelo medo da morte por contaminação e a recusa pelo medo da fome que ele ocasiona". Aquela parcela da população que conseguiu manter seus empregos durante a pandemia viu-se diante das exigências do denominado *homework*, adequando suas residências e as rotinas nelas instaladas às demandas do trabalho. Houve, nesse sentido, um duplo movimento: a desterritorialização do espaço laboral, que ocorreu concomitantemente à retomada ou reterritorialização do espaço doméstico. Ambos acarretaram rupturas com a vida organizada em um dado formato conhecido, rotineiro e sistematicamente reproduzido (Lazzarato, 2020).

No que diz respeito às transformações afetivas precipitadas pelos processos de desterritorialização do espaço laboral, as exigências foram diversas. Com Guattari e Rolnik (1986), compreendemos que o território é uma construção social por meio da qual se cria uma vinculação com aquilo e aqueles que estão próximos e em constante relação. Em suas palavras:

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo [...]. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo, tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente "em casa" (Guattari; Rolnik, 1986, p. 323).

O trabalho como esfera da existência amplamente disseminado no social cria territórios e coloca seus agentes a reconhecê-los como algo próximo, investido de sentido desejante e frequentado cotidianamente. Quando as providências de biossegurança advindas do ingresso na pandemia foram anunciadas, a permanência no território laboral deixou de ser possível para uma parcela significativa de trabalhadores. Essa desterritorialização intensificou o controle sobre o tempo, as metas de produção, o convívio remoto com os pares e as próprias atividades. Para além da simples ausência física no território laboral, é possível considerar que estas bruscas transformações esvaziaram, ao menos parcialmente, os sentidos de permanência e de pertença a tais espaços. Não ter de comparecer ao posto de trabalho, agora desterritorializado, gerou um leque amplo de sensações e impasses que foram desde o alívio por se manter resguardado ante os riscos iminentes de contágio e morte pela doença, até a dificuldade de conviver em tempo integral no contexto doméstico. Abrir mão de frequentar espaços sociais e públicos outrora naturalizados configurou-se, então, como um desafio. Guattari e Rolnik (1986, p. 323) esclarecem que o "território pode se desterritorializar" e, com isso, "sair de seu curso e se destruir".

Foi precisamente essa saída de curso que vimos ocorrer na organização geral das atividades laborais presenciais decorrente da qual os trabalhadores não puderam mais contar com a estrutura territorial e social de empresas, instituições e escritórios. A saúde mental passou, então, a ser problematizada em diferentes âmbitos da sociedade, incluindo aí a esfera laboral (Birman, 2021). Afinal, quais poderiam ser os efeitos psíquicos dessa desterritorialização? Isso traria algum questionamento sobre a moral do trabalho tão sistematicamente veiculada? Quais os riscos desses questionamentos? Tal preocupação não era ingênua pois, em parte, questões foram postas em circulação e, até o momento, não foram respondidas, como veremos na sequência.

A retomada do contexto doméstico, como outro movimento engendrado pela pandemia, possibilitou a invenção de novos laços entre trabalhadores, contextos e atividades outrora acessados apenas no tempo livre (Mansano; Carvalho, 2023). Para uma parte dos trabalhadores, explorar o espaço doméstico, ainda que de maneira forçada pelas medidas de biossegurança, abriu possibilidades de conexões com práticas que estavam distantes do horizonte cotidiano. Vimos crescer, então, relatos acerca de experimentações culinárias, pequenas atividades de reformas, jardinagem, contato com artes, cuidado com animais de estimação e retomada de relações familiares ou afetivas mais próximas. O espaço doméstico, reinvestido pelo desejo em função da pandemia, possibilitou ainda uma constatação: nas últimas décadas o ordenamento social capitalista deslocou sistematicamente os sujeitos para fora e para longe das suas respectivas residências. Provavelmente, isso se deu uma vez que tanto o trabalho quanto o consumo ocorriam, até o advento da pandemia, majoritariamente fora delas. Não por acaso, a pandemia provocou um forte incremento nas atividades que resultam em consumo *online* conectado diretamente ao domicílio, tais como a venda e entrega de refeições prontas, além de outras mercadorias.

Em parte, o retorno à vida doméstica gerou estranhamentos concomitantes a descobertas e investimentos desejantes dirigidos a dimensões da existência que foram simplesmente sufocadas pelas exigências laborais de produção e pelo sequestro do tempo. Latour (2020, p. 5) assinala: “Pela primeira vez em anos, um bilhão de pessoas, presas em casa, encontram esse luxo esquecido: tempo para refletir e, assim, discernir o que normalmente e desnecessariamente os agita em todas as direções”. O retorno às residências, como território afetivo, possibilitou, em alguma medida, a análise crítica sobre a vida organizada primordialmente pelas atividades laborais, dando visibilidade aos excessos de exigências que recaem sobre o cotidiano.

PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA: OS ENSAIOS DE RESISTÊNCIA

Colocar em questão as exigências naturalizadas do trabalho foi uma dessas problematizações mencionadas por Latour (2020), as quais evocaram, em nosso entendimento, ressonâncias com processos de resistência ao modo de produção capitalista. Como? Em estudo recente (Mansano; Carvalho, 2023) mostramos que dois movimentos coletivos, iniciados no século XX, serviram para analisar o valor atribuído ao trabalho, sendo eles a chamada simplicidade voluntária (Elgin, 1993; Gregg, 1936), que convidava os trabalhadores a abrirem mão de parte da jornada de trabalho e de renda para garantir espaços em outras atividades vitais; e, mais recentemente, o denominado Antitrabalho (O’connor, 2022), movimento virtual datado de 2013, que deu visibilidade aos abusos de poder disseminados no cotidiano laboral pelas exigências a serem cumpridas.

O Antitrabalho consolidou-se como uma plataforma digital de troca de experiências referentes à recusa ao trabalho e suas artimanhas de exploração. Tanto que para alguns órgãos de imprensa o movimento pode ser caracterizado como uma “grande recusa” (Sanches, 2021),

que foi intensificada na pandemia e sem perspectivas de esgotamento. Ao longo de dez anos a plataforma congregou mais de dois milhões de seguidores cujos depoimentos repercutem os diferentes aspectos da exploração laboral na atualidade, incluindo as situações advindas da pandemia. É o que descreve Sanches:

O espaço virtual já existia antes da pandemia de Covid-19, mas aumentou ao menos dez vezes durante os últimos 18 meses. O fórum antitrabalho se tornou um sinal de um problema que tem sido apontado como grave e profundo na economia americana: há vagas de sobra, mas não há trabalhadores que as aceitem nas condições dadas, com salário baixo e sem garantias trabalhistas (2021, p. 1).

As discussões estenderam-se para diferentes partes do globo, uma vez que a plataforma é de livre acesso. Nessa mesma direção, outras iniciativas que consideramos como ensaios de resistência ganharam expressão. É o caso do movimento denominado *Quiet Quitting* (Harter, 2022; Campos, 2023) iniciado em 2022 e que deixou entrever uma crítica contundente dos trabalhadores aos excessos dos índices produção e à sistemática estimulação da competitividade entre os pares. Em reportagem sobre o tema, esse movimento foi assim descrito: “O *quiet quitting* implica dizer que o profissional tomou a decisão de limitar suas tarefas às estritamente necessárias dentro da descrição de seu trabalho, evitando longas jornadas e sobrecarga. Essa ‘virada de chave’ visa estabelecer limites claros entre vida profissional e pessoal” (Bússola, 2022, p. 1). Seus adeptos mostram a possibilidade de restringir suas atividades cotidianas ao que consideram prescrito, enfraquecendo o compromisso com a superação dócil e servil dos objetivos laborais estabelecidos e difundidos. O diferencial desse movimento não envolve a saída ou recusa dos postos de trabalho, mas a diminuição de ações extras para alcançar resultados inatingíveis bem como as invasões das atividades laborais na vida privada. Trabalhando mais lentamente e com metas factíveis tais trabalhadores se mantêm regular e discretamente em seus postos realizando aquilo que é possível para cada dia, sem cair nas seduções e pequenas compensações prometidas. Obviamente, o *Quiet Quitting* já foi detectado pelos gestores que buscam estratégias para contornar seus efeitos e evitar que tome conta dos demais trabalhadores.

Em uma espécie de ressonância, outro movimento que ganhou espaço na pós-pandemia foi o denominado *Quiet Ambition* cuja premissa consiste em repensar três aspectos da vinculação com o trabalho: as relações com a empresa, a ideia de sucesso e as ambições profissionais. Tais trabalhadores, geralmente jovens em início de carreira, constatarem divergências de interesse entre sua história pessoal e a história da empresa, recusando-se a simples adequação na carreira. Com isso, ascender a cargos de liderança e gestão saem de seu horizonte profissional e os leva a buscar outras possibilidades de conexão entre trabalho e cotidiano (Cieers, 2024).

Tanto o *Quiet Quitting* quanto o *Quiet Ambition* ganham ecos na análise linguística realizada por Neto Cipro (2001) na qual o linguista toma em apreciação as diferenças e semelhanças entre os termos ‘mediano’ e ‘mediocre’ no desempenho laboral:

No “Aurélio”, por exemplo, o primeiro sentido que se dá para “mediocre” é o da terceira acepção de “mediano” (“Que não é bom nem mau; médio, mediano”). O “Houaiss” confirma isso. Na prática, porém, a coisa não é bem assim. No uso efetivo -pelo menos no Brasil-, faz tempo que a palavra “mediocre” se distanciou da ideia de coisa média para se aproximar da ideia de coisa muito ruim, abaixo da média (p. 1).

A qualificação mediana, no contexto laboral, segue acompanhando a valoração moral de desqualificação, assinalada por Neto Cipro (2001), uma vez que o trabalhador ideal, sob o ponto de vista dominante, é compreendido como alguém que está sempre pronto e comprometido com a superação das metas, mantendo qualquer distância com a média. O

Quiet Quitting e o *Quiet Ambition* retomam a possibilidade de considerar o desempenho mediano como lugar desejado e investido de sentido, abrindo espaços para uma vinculação plural e multifacetada com a existência.

Cabe abordar ainda um movimento crescente entre jovens que ainda não acessaram o campo laboral e que vem sendo denominado como Geração Nem-nem (IBGE: Brasil tem 10,9 milhões de jovens que não estudam, nem trabalham, 2023). Estes, afetados pelas adversidades relatadas por seus pares, mas também por adultos, resistem em assentir a vinculação naturalizada com o trabalho por considerar que suas exigências não são factíveis nem mesmo desejáveis. Por outro lado, trata-se de um contingente de jovens que tende a não encontrar oportunidade de acesso à educação formal e, com isso, depara-se com as dificuldades constatadas anteriormente com Forrester (1997): um mercado de trabalho cada vez mais excludente e aderente a requisitos que não estão de acordo com a atual conjuntura dos jovens de nosso país. Tal quadro é agravado quando são combinadas informações advindas de marcadores sociais de etnia, gênero, situação socioeconômica e local de habitação. Assim, para uma parte considerável desses jovens, a evasão escolar, acentuada durante a pandemia, os distanciou ainda mais da educação e do trabalho formais. Como efeito, essa esfera populacional “totalizou mais de 10,9 milhões de jovens, representando 22,3% dos brasileiros na faixa etária” (IBGE: Brasil tem 10,9 milhões de jovens que não estudam, nem trabalham, 2023).

O que esses movimentos sociais descritos têm em comum? Como compreendê-los dentro da dinâmica do capitalismo contemporâneo? Um entendimento possível é de que a moral do trabalho (Lafargue, 1999), em sua longa trajetória à serviço da servidão (La Boétie, 2022) e da docilidade dos trabalhadores (Foucault, 1979), começa a ser questionada em escala coletiva. O que há de comum entre a limitação voluntária da atividade laboral (*Quiet Quitting* e *Quiet Ambition*) e a recusa categórica ao trabalho (Antitrabalho e Geração Nem-nem) é a disposição para se reapropriar da própria existência, do tempo de vida e das variações afetivas precipitadas no trabalho. É precisamente aí que o desejo se faz presente, afirmando a existência em sua pluralidade. Os trabalhadores destes movimentos “passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles. Essa capacidade é que vai lhes dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante” (Guattari; Rolnik, 1996, p. 46). Tal reapropriação da existência, sob efeito do desejo, é notável:

Isso se sente por um calor nas relações, por uma determinada maneira de desejar, por uma afirmação positiva da criatividade, por uma vontade de amar, por uma vontade de simplesmente viver ou sobreviver, pela multiplicidade dessas vontades. É preciso abrir espaço para que isso aconteça. O desejo só pode ser vivido em vetores de singularidade (p. 47).

Sem pretensões de atingir o topo, exceto nos casos que essa busca ocorra pela sua afirmação desejante, a dimensão laboral da existência divide espaços com outras esferas da vida privada como amores, amigos, lazer, *hobbies* e mesmo a preguiça, tal qual assinalada anteriormente com Lafargue (1999). Com isso, estar na média de desempenho implica uma recusa ao que Gorz (2003) destaca como “mobilização total” (p. 22) da energia vital para o trabalho, cuja gravidade faz o autor considerá-la uma “nova servidão voluntária” (p. 22). O mediano configura-se, então, como outra face da resistência ao trabalho que, em contexto pandêmico, pode ser considerada por uma parcela de trabalhadores que seguiram questionando a atual organização social. Ainda com Gorz (2003), acrescentamos que esse trabalhador que resiste:

investirá sua dignidade no exercício gratuito, fora do trabalho, das suas capacidades: jornalistas que escrevem livros, gráficos do meio publicitário que criam obras de arte, programadores de computadores que demonstram suas habilidades como hackers e como desenvolvedores de programas livres, etc.; são muitas as maneiras de salvar sua honra e “sua alma”. Para subtrair uma parte de sua vida à aplicação integral no trabalho, os ‘trabalhadores do imaterial’ dão as atividades lúdicas, esportivas, culturais e associativas, nas quais a produção de si é a própria finalidade, uma importância que enfim ultrapassa a do trabalho (p. 23).

Consideramos, assim, que os ensaios de transformações afetivas emergentes na pandemia e na pós-pandemia implicam variações nas práticas de resistência. Nas palavras de Guattari e Rolnik (1996): “Há uma espécie de resistência social que deve se opor aos modos dominantes de temporalização. Isso vai desde a recusa de um certo ritmo nos processos de trabalho assalariado, até o fato de certos grupos entenderem que sua relação com o tempo deve ser produzida por eles mesmos” (p. 47).

Cabe reafirmar, de modo contundente, que para uma parcela significativa de trabalhadores, a desterritorialização, o retorno ao contexto doméstico pelo *home work* e os movimentos de resistência ao trabalho, simplesmente não foram acessados. Ao contrário, eles vivenciaram a intensificação de práticas de violência, brutalidades e desgastes afetivos, em especial para as mulheres, que se sobrecarregaram ao ter de dar conta do trabalho remoto, somado aos afazeres doméstico, atenção aos filhos e cuidados de biossegurança (Oliveira, 2020). Isso não inviabiliza, entretanto, um olhar analítico para as resistências em curso. Tais discrepâncias assinalam a relevância de seguir analisando criticamente a organização laboral vigente bem como os ensaios de resistência ao trabalho que já estão em curso no cotidiano das populações, com desdobramentos afetivos.

Ao cartografar as transformações afetivas emergentes na pandemia, nota-se, ainda, que as estratégias de resistência ganham ora uma dimensão pública, ora uma dimensão oculta, o que complexifica sua identificação e análise. De acordo com Alves e Borges (2023), a passagem do trabalho realizado em contexto presencial para o contexto tecnológico virtual abriu possibilidades de resistências que são, em parte, de difícil apreensão. Em suas palavras, emergiu nessa transição “outros usos dos recursos tecnológicos na formação de redes informais de apoio no trabalho” (p. 45). Com isso, “erros programados do uso da tecnologia e o silêncio virtual podem ser parte desta tecno-resistência oculta protagonizada pelos trabalhadores na pandemia da COVID-19” (p. 45). Nesse sentido, os aparatos tecnológicos, comumente colocados à serviço das formas de controle sobre o desempenho docilizado, abriram possibilidades para ampliar as estratégias de resistência e articular diferentemente o conjunto de trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta trajetória em que foram apresentados posicionamentos distintos acerca da relação com o trabalho no contexto pandêmico e pós-pandêmico, podemos considerar que as reconfigurações laborais precipitaram práticas de resistência à concepção hegemônica vigente na qual o trabalho comparece com destaque na organização social, desconsiderando as outras potencialidades humanas. Com isso, foram mobilizadas dimensões distintas da existência, pluralizando as perspectivas por meio das quais ela pode ser analisada, vivida e compartilhada neste momento histórico.

No aspecto social, ficou evidente o limite criado pelo próprio capitalismo no que diz respeito à criação de postos de trabalho e renda da população. Quando esse limite não é considerado de modo crítico, dirigindo uma culpabilização individual pelo desemprego, coloca-se em risco toda a sociedade, que passa a sofrer suas consequências. Nessa mesma linha de

argumentação, o campo econômico ganhou destaque, uma vez que sem emprego e renda as práticas inclusivas de trabalho tornam-se escassas e dificultam o acesso ao consumo e à própria sobrevivência.

Destacamos ainda as repercussões das práticas de resistência ao trabalho em termos ambientais, visto que elas deixam entrever uma recusa da produção desenfreada de novas mercadorias que, de diferentes maneiras, agredem o meio ambiente. A necessidade de elaboração efetiva de estratégias para proteção da natureza como provedora de recursos requer uma análise crítica sobre sua exploração e o preço pago pela expansão econômica, aspectos considerados por alguns movimentos de resistência descritos. O trabalho humano tem, nesse campo, amplas possibilidades de intervenção e criação de uma nova realidade social ambientalmente sustentável.

Os ensaios de resistência ao trabalho em contexto pandêmico e pós-pandêmico dão visibilidade também a emergência da problemática do desejo no contexto laboral e, com isso, apontam para um dos grandes impasses do capitalismo do século XXI: Como capturar e manter conectados os sujeitos trabalhadores em seus processos desejantes? Os ensaios de recusa e resistência têm alcançado escala cada vez maior em número de adeptos que reconhecem, discutem e compartilham as adversidades do agenciamento produtivo: modo de exploração que, até pouco tempo, se mantinha silenciado pela hegemonia da moral do trabalho.

Por fim, fica o desafio de ampliar do debate acerca dos modos de vida atualmente adotados no contexto laboral, colocando em destaque a crítica necessária sobre a convicção moral de que somente no e pelo trabalho organizado na base capitalista, que prioriza o modo produtivista de vinculação, o humano encontraria uma existência possível. Como a própria organização socioeconômica capitalista impede o pleno acesso ao trabalho, em função da redução dos postos de empregos, essa convicção moral é destruída em seus próprios pressupostos. As práticas de resistência apreciadas neste estudo indicam o quão precioso seria a disseminação de sua análise e a sua aderência pública, as quais poderiam funcionar como estratégia de questionamento e transformação social. Entretanto, essa análise crítica ainda precisa ser apropriada em uma escala populacional, sendo esse o desafio colocado para novas pesquisas das Ciências Humanas e Sociais: Afinal, como as políticas governamentais podem vir a priorizar e promover a inclusão e a distribuição de renda sem anexar integralmente a vida no contexto das relações de trabalho?

REFERÊNCIAS

ALVES, Murilo da Silva; BORGES, Livia de Oliveira. (2023). Resistências no trabalho como estratégias de saúde. **Revista Psicologia Política**, 23(57), 244-264.

BIRMAN, Joel. **O trauma na pandemia do Coronavírus**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2021.

BÚSSOLA. *Quiet quitting*: fenômeno é tendência mundial e desafia líderes do futuro. **Exame**. São Paulo, 22 set. 2022. Online. Disponível em: <https://exame.com/bussola/quiet-quitting-fenomeno-e-tendencia-mundial-e-desafia-lideres-do-futuro/>. Acesso em 06 mar. 2024.

CAMPOS, Stela. Profissionais querem justiça psicológica no quiet quitting. **Valor Globo**, São Paulo. 17 jan. 2023. Online. Disponível em: <https://valor.globo.com/carreira/noticia/2023/01/17/profissionais-querem-justica-psicologica-no-quiet-quitting-diz-adam-grant.ghtml>. Acesso em 06 mar. 2024.

CIEERS. Como o *Quiet Quitting* e *Quiet Ambition* estão mudando o ambiente de trabalho? **Blog CIEERR**. (2024). Disponível em: <https://blog.cieers.org.br/quiet-quitting-quiet-ambition-novas-tendencias/>. Acesso em 27 jul. 2025.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010. (Trabalho original publicado em 1972).

ELGIN, Duane. **Voluntary Simplicity: toward a way of life that is outwardly simple, inwardly rich**. New York, Quill, 1993. (Trabalho original publicado em 1981).

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GORZ, André. **O Imaterial: conhecimento, valor e capital**. Rio de Janeiro: Annablume, 2003.

GREGG, Richard. **The value of voluntary simplicity**. Pennsylvania: Pendle Hill, 1936.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HARTER, Jim. *Quiet Quitting é real?* **Gallup**, 2022. Online. Disponível em: <https://www.gallup.com/workplace/398306/quiet-quitting-real.aspx>. Acesso em 06 mar. 2024.

IBGE: Brasil tem 10,9 milhões de jovens que não estudam, nem trabalham. **Carta Capital**. Economia. São Paulo, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ibge-brasil-tem-109-milhoes-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham/>. Acesso em 12 mar. 2024.

LA BOÉTIE, Étienne. **Discurso da Servidão Voluntária**. São Paulo: Instituto Rothbard, 2022. (Trabalho original publicado em 1574).

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec e Ed. Unesp, 1999. (Trabalho original publicado em 1883).

LATOUR, Bruno. **Isto é um ensaio geral?** São Paulo: N – 1 Edições, 2020.

LAZZARATO, Maurizio. **É o capitalismo, estúpido!** São Paulo: N-1 Edições, 2020.

MANSANO, S. R. V.; CARVALHO, P. R. **Expressões da resistência ao trabalho no contemporâneo**. Maceió: UNIFAL, 2023.

MARI, Jair de Jesus; OQUENDO, Maria. Mental health consequences of COVID-19: the next global pandemic. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, 42(3), 219-220, 2020.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I, Livro Primeiro, Tomo I. Nova Cultural: 1985. (Trabalho original publicado em 1867).

NETO CIPRO, Pasquale. “Do mediano ao medíocre”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 nov. 2001. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2211200105.htm>. Acesso em 16 jun. 2025.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE DESIGUALDADES. **Um retrato das desigualdades no Brasil hoje**. 2023. Disponível em: <https://cdn.brasilefato.com.br/documents/15cb78c372830623b8fc23e1f18e2412.pdf>. Acesso em 12 mar. 2024.

O’CONNOR, Brian. ‘Antitrabalho’: o movimento que ganhou força na pandemia e se espalha por comunidades online. **BBC**, News Brasil, 7 fev. 2022. Worklife. Online. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cap-60233293>. Acesso em 06 mar. 2024.

OLIVEIRA, Amurabi. A quarentena é branca: classe, raça, gênero e colonialidade. **Realis**, 10(1), 193-203, 2020.

OPAS. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em 16 jun. 2025.

ODDONE, Ivar; RE, Alessandra; BRIANTE, Gianni. Experiência operária, consciência de classe e psicologia do trabalho. *Fabrefactum*. 2023.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva** 25 (1), 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.29562019>.

SANCHES, Mariana. EUA: a “Grande Demissão” contra os empregos de merda. **BBC Brasil**, 26 nov. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/eua-a-grande-demissao-contra-os-empregos-de-merda/>. Acesso em 06 ago. 2025.

SAWAIA, Bader; ALBUQUERQUE, Renan; BUSARELLO, Flávia. O paradoxo do isolamento na pandemia. **Psicologia & Sociedade**, 32, 1-19, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240300>.

SOUZA JÚNIOR, O. A. O.; MANSANO, S. R. V. O devir vagabundo(a) como resistência ao trabalho no sistema capitalista. **Psicologia & Sociedade**, 35, 1-14, 2023. Doi: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35262117>.

Data da submissão: 02/08/2025

Data da aprovação: 12/03/2026